

GÊNERO, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CIDADANIA: UMA ANÁLISE DA INTERSECÇÃO ENTRE MULHERES, ALIMENTOS E PANDEMIA

GENDER, FOOD SECURITY AND NUTRITION, AND
CITIZENSHIP: AN ANALYSIS OF THE INTERSECTION
BETWEEN WOMEN, FOOD, AND THE PANDEMIC

GÉNERO, SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL
Y CIUDADANÍA: UN ANÁLISIS DE LA INTERSECCIÓN
ENTRE MUJERES, ALIMENTOS Y LA PANDEMIA

Eduarda Camargo Sansão*

* Doutoranda e Mestra em Direito pela UNESP - Franca. Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais - unidade Passos. Editora-Chefe da Revista de Estudos Jurídicos. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão "Constituição e Cidadania" - NEPECC.

SUMÁRIO: *Introdução; 1 A perspectiva de gênero frente às noções de segurança alimentar e nutricional; 2 Impactos da pandemia Covid-19 para a segurança alimentar das mulheres: análise documental; 3 Resultados e discussões; 4 Conclusões; Referências.*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo avaliar a questão da segurança alimentar na perspectiva da cidadania das mulheres, identificando as particularidades dessa intersecção durante a pandemia Covid-19. A pesquisa justifica-se pela necessidade de explorar as demandas femininas relacionadas ao direito à alimentação, contribuindo para a efetivação de sua cidadania social, política e econômica, diante dos impactos jurídicos, políticos e sociais. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo em uma pesquisa descritiva, com recorte temporal entre 2020 e o primeiro semestre de 2022. A metodologia abrangeu revisão bibliográfica e análise documental, com base em produções teóricas e documentos de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A análise demonstrou que as demarcações de gênero influenciam a insegurança alimentar, comprometendo a dignidade humana das mulheres e destacando a necessidade de ações para garantir seu direito à alimentação adequada.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional; Gênero; Pandemia Covid-19; Cidadania das mulheres; Direito Humano à Alimentação Adequada.

Recebido em: 03/09/2024

Aceito em: 24/01/2025

ABSTRACT: This article aims to evaluate the issue of food security from the perspective of women's citizenship, identifying the specific characteristics of this intersection during the COVID-19 pandemic. The study is motivated by the need to examine women's demands related to the right to food, thereby contributing to the realization of their social, political, and economic citizenship in the context of the associated legal, political, and social impacts. The research employs a hypothetical-deductive method in a descriptive study, with a temporal focus from 2020 to the first half of 2022. The methodology includes a literature review and document analysis, drawing on theoretical frameworks and documents from international organizations such as the Food and Agriculture Organization of the United Nations and the Brazilian Research Network on Food and Nutritional Sovereignty and Security. The findings indicate that gender distinctions influence food insecurity, compromising women's human dignity and underscoring the need for measures to ensure their right to adequate food.

KEYWORDS: Food and Nutritional Security; Gender; COVID-19 Pandemic; Women's Citizenship; Human Right to Adequate Food.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo evaluar la cuestión de la seguridad alimentaria desde la perspectiva de la ciudadanía de las mujeres, identificando las particularidades de esta intersección durante la pandemia de COVID-19. La investigación se justifica por la necesidad de explorar las demandas femeninas relacionadas con el derecho a la alimentación, contribuyendo a la realización de su ciudadanía social, política y económica, frente a los impactos jurídicos, políticos y sociales. Se utilizó el método hipotético-deductivo en una investigación descriptiva, con un enfoque temporal entre 2020 y el primer semestre de 2022. La metodología incluyó una revisión bibliográfica y un análisis documental, basados en producciones teóricas y documentos de organizaciones internacionales como la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura y la Red Brasileña de Investigación en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional. El análisis demostró que las demarcaciones de género influyen en la inseguridad alimentaria, comprometiendo la dignidad humana de las mujeres y destacando la necesidad de acciones para garantizar su derecho a una alimentación adecuada.

PALABRAS CLAVE: Seguridad Alimentaria y Nutricional; Género; Pandemia de COVID-19; Ciudadanía de las mujeres; Derecho Humano a una Alimentación Adecuada.

INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre a cidadania das mulheres, existem expressões multifacetadas sobre o que contribui para a estruturação concreta da vida para esse grupo. De modo ampliado, mulheres são constituídas enquanto sujeitos de direito a partir da possibilidade de usufruir direitos sociais e garantias fundamentais. Entre as perspectivas possíveis, considera-se a questão alimentar como um aspecto que pode permear a existência das mulheres, demarcado pela noção de segurança alimentar.

Em um sentido teórico, considera-se que as demarcações de gênero podem determinar a forma como se experimenta a alimentação, com interferências para os níveis de insegurança ou fragilidade alimentar, o que pode inferir na constituição da dignidade humana das mulheres. Sob esse escopo, torna-se necessário avaliar a relação entre a categoria mulheres e alimentação, no sentido de verificação do cumprimento do direito à alimentação para as mulheres como expressão fundamental de condições adequadas de vida das mulheres, sob o art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo avaliar a questão da segurança alimentar a partir da perspectiva da cidadania das mulheres, para identificar as características e particularidades da intersecção analisada. De modo subsequente, apresenta-se um recorte temporal para a análise produzida baseado na ocorrência da pandemia Covid-19, ao considerar a atualidade do tema no sentido de impactos para a materialidade da vida e concretização de direitos.

Por meio da apresentação do tema, justifica-se a construção teórica a partir do objetivo de pesquisa exposto para explorar as necessidades das mulheres frente ao direito à alimentação, para colaborar em ações de efetivação da cidadania social, política e econômica a partir da perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Considera-se o contexto jurídico, político e social – em perspectivas práticas e teóricas – para avaliação dos impactos da pandemia Covid-19 ao acesso a alimentos, a partir da renda familiar e distribuição de produtos.

Em termos metodológicos, o presente manuscrito constrói uma abordagem a partir do método hipotético-dedutivo, com o estabelecimento do problema de pesquisa a partir da observação da realidade e acúmulos teóricos prévios. Trata-se de uma pesquisa descritiva, visto que objetiva analisar a relação entre as categorias “mulheres” e “segurança alimentar e nutricional” a partir do recorte temporal da pandemia Covid-19 entre 2020 e o primeiro semestre de 2022.

Para os procedimentos técnicos, a metodologia foi centrada na revisão bibliográfica e na análise documental, com atenção para produções teóricas, materiais legislativos e documentos produzidos por organizações como Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU MULHERES), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN).

1 A PERSPECTIVA DE GÊNERO FRENTE ÀS NOÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Inicialmente, é preciso demarcar que existem possíveis distinções no modo como se experimenta a insegurança alimentar. Gênero, raça e classe são fatores que definem a relação do sujeito com a

alimentação. Conforme Emma Siliprandi¹, a segurança alimentar e nutricional é tangenciada pela qualidade de alimentos, diversificação do que é consumido, tipos de alimentos que são ofertados, assim como a regularidade da oferta. Esses elementos estão associados com as experiências econômicas e sociais das mulheres, o que implica em uma observação de como a questão da renda é colocada para as mulheres na sociedade brasileira, assim como o consequente impacto para produzir autonomia ao grupo.

Afirma-se a existência de uma conexão entre o nível socioeconômico e o gênero do chefe da família quanto à prevalência da insegurança alimentar, com mulheres e crianças afetadas em maior nível pela fome e pela desnutrição. Pensar a desigualdade de gênero no país pressupõe avaliar dificuldades de acesso e controle de recursos financeiros pelas mulheres e o impacto resultante na alimentação². A relação das mulheres com os alimentos é iniciada antes do consumo. É marcada pela aquisição e preparo da alimentação, além de organizações na tentativa de garantir o alimento para toda a família.

Do ponto de vista do consumo, por exemplo, espera-se que as mulheres deem conta da alimentação da família; no entanto, não se discute com quais recursos e em que condições – tempo, esforço pessoal, infraestrutura – isso ocorre. As alternativas que estão postas pela economia mercantil atendem a uma parcela pequena da população que pode pagar por uma alimentação diversificada, nutritiva, e ao mesmo tempo, prática, fácil de preparar³.

Questiona-se a possibilidade das mulheres construírem uma alimentação saudável e adequada para si mesmas e suas famílias. Refletir sobre a forma como o alimento atravessa a vida das mulheres perpassa pela consideração da divisão sexual do trabalho, a relação dos espaços urbanos com as experiências de produção, acesso e distribuição de alimentos, assim como as condições de existência das mulheres.

As reorganizações econômicas e sociais intensificaram a atribuição de tarefas para as mulheres, com reforço das dinâmicas de cuidado. Mabel Gracia-Arnaiz⁴ também corrobora com a visão de aumento de tarefas, no sentido de mulheres que ocupam o mercado de trabalho e mantêm uma dinâmica de compra de alimentos, de limpeza, atenção ao lar, cuidado com os dependentes, atos diários para cozinhar e garantir a subsistência e continuidade do espaço doméstico.

Há o falso estabelecimento de que existe maior capacidade para que as mulheres exerçam as atividades de cuidado, com uma formação natural para as habilidades e conhecimentos para exercício do trabalho doméstico e manutenção da cozinha. Entretanto, essa não é uma dinâmica exata, no sentido de que a industrialização da indústria alimentar, produção de ultraprocessados, as novas formas alimentares são elementos conectados aos movimentos de mulheres submetidas às múltiplas jornadas, que tentam realizar as tarefas relegadas da forma mais adequada ao contexto de vida⁵.

A diferença na relação com os alimentos é marcada na ocupação diária da alimentação doméstica por mulheres, enquanto os espaços profissionais e especializados são dominados por homens. Pode representar um sintoma das relações de autoridade e poder demarcadas pela estrutura socioeconômica, em

¹ SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. In: Rocha C, Burlandy L, Magalhães R, organizadores. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2013. p. 187-198.

² CAMPOS, Jussara Maysa; AKUTSU, Rita de Cássia Coelho de Almeida; SILVA, Izabel Cristina Rodrigues; OLIVEIRA, Karin Savio; MONTEIRO, Renata. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 4, pp. 1529-1538. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4qtnbwDsbs3YdYXWdw6szWs/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

³ SILIPRANDI, E. *op. cit.*, p. 147.

⁴ GRACIA-ARNAIZ. **Comemo lo que somos**: reflexiones sobre cuerpo, género y salud. 1. ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

⁵ GRACIA-ARNAIZ, Mabel. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, Ana María; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 147-164.

um sentido de opressão patriarcal. Não se trata de uma universalização sobre os cuidados alimentares em um espaço familiar para as mulheres, mas uma perspectiva de construção que é intermediada de modo multifacetado, pelas influências históricas, assim como as determinações econômicas que implicam na desigualdade de gênero que alcança a alimentação.⁶

Apesar dos avanços tecnológicos, não há um abandono do ato de cozinhar e da preparação de alimentos dentro dos espaços domésticos pelas mulheres. Fundado na naturalização do cuidado, há uma preocupação que se denota no sentido de articular alimentos com a questão financeira, para acesso qualitativo aos gêneros alimentícios de forma diversificada. Uma segunda expressão está ligada com as estratégias formadas em um sentido cultural, em uma expressão do afeto, com ações de incremento, voltadas para a continuidade da convivência familiar.

Apesar das observações interdisciplinares sobre o contexto de vida das mulheres brasileiras, a estruturação social, o processo de opressão e exploração, há certa fragilização teórica e política na associação entre a categoria gênero e a segurança alimentar e nutricional. De acordo com pesquisa realizada por Campos e Akutsu⁷, há uma escassez de trabalhos teóricos que versam sobre essa intermediação, ainda que existam nomes como Emma Siliprandi, responsável por uma observação significativa do tema.

Destaca-se a contrapartida provinda das mulheres rurais, com maior discussão sobre a questão alimentar dado a proximidade com o uso da terra. Um exemplo é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), formado em 2004, de um modo abrangente das mulheres do campo, ligadas com a produção do alimento que aparece como elemento de subsistência familiar. No ambiente rural, a relação das mulheres com o alimento é intensificada pela responsabilidade de produzir o alimento, além das dinâmicas de preparação. Nesse contexto, são as próprias mulheres que denunciam o empobrecimento alimentar e disponibilidade de produtos.⁸

Na realidade rural, as mulheres têm apresentado forte mobilização desde os períodos da redemocratização brasileira, pós-ditadura. A partir de 2003, há um crescimento dessa participação, com ampla inserção nos conselhos, nos espaços políticos, nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Passaram a ser alvos de políticas públicas, como o PRONAF Mulher e o Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais. Todavia, o grupo de trabalhadoras camponesas “ainda vivem uma série de dificuldades em sua vida cotidiana, sobretudo em função da sua falta de autonomia econômica e pessoal”⁹, além dos problemas de estrutura para a realização das tarefas domésticas e condução familiar.

Há uma diferenciação entre as mulheres rurais e urbanas na experimentação da segurança alimentar. Se a relação entre gênero e alimentos ganha um novo sentido a partir da observação dos movimentos sociais sobre participação feminina na garantia alimentar dos núcleos familiares e na produtividade com a terra, enquanto mulheres agricultoras¹⁰, as mulheres da cidade acabam distanciadas

⁶ *Ibid.*, p. 147-164.

⁷ CAMPOS, Jussara Maysa Silva; AKUTSU, Rita de Cássia Coelho de Almeida. Segurança alimentar e nutricional, gênero e educação: uma abordagem integrativa. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 11, n. Supl., p. 1277-1295, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/22517/19454>. Acesso em: 13 ago. 2021.

⁸ VALDETE, Boni. Movimento de mulheres camponesas, campesinato e soberania alimentar. *Agroalimentaria*, v. 20, n. 38, p. 71-86, 2014.

⁹ SILIPRANDI, Emma. *Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar*. Pensamiento iberoamericano, n. 9, p. 169-183, 2011.

¹⁰ *Ibid.*; GOMES JR, Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 392-402, 2013.

desse escopo, ainda que reproduzam as dinâmicas de cuidado, com uma participação fundamental na vivência da segurança alimentar para a família.

Entretanto, a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga, os sentidos normalizados do que é responsabilidade das mulheres são reproduzidos tanto nos espaços do campo, quanto da cidade, culminam em experiências com semelhanças dada a estrutura social das relações entre homens e mulheres. Para Gomes Júnior e Andrade, “as atividades exercidas pelas mulheres são de extrema importância para a qualidade de vida da família, especialmente em ambientes de extrema pobreza”¹¹, justamente pela responsabilidade de manutenção do espaço familiar.

A atuação das mulheres na condução alimentar de seus dependentes têm forte associação com as formações sociais de que há maior sensibilidade, com expressões mais sentimentais e afetivas da vida, com maior capacidade de expressar o amor a partir de atos de serviço para filhos, companheiros, pais. Discursivamente, contribui com a ocultação de um profundo nível de desigualdade substancial, materializado a partir de uma dinâmica de relegar mulheres aos espaços privados, com menor acesso econômico e maior dependência, ainda que considerada simbólica.¹²

Apesar dos fortes elementos estruturais, não se trata de um processo inerte, visto que há reconhecimento das próprias mulheres sobre a responsabilidade alimentar e das dificuldades enfrentadas para garantir níveis adequados, qualitativos e nutricionais para a família. A percepção sobre as inseguranças alimentares é reconhecida, ainda que não haja nomeação concreta do problema, justamente pela consequência material provocada pela falta de alimentos: a fome ou níveis de alimentação muito precários.

Sob esse quadro e os reconhecimentos feitos pelas próprias mulheres, elas passam a figurar como protagonistas nos processos políticos que reivindicam adequações para a segurança alimentar, com expansão para os ideais de soberania alimentar. Enquanto mobilizadoras, as construções perpassam diferentes espaços, com proposições que aliam a perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, mas que também considera as vias ecológicas, sustentáveis, com alternativas solidárias, feministas, conectadas com as comunidades.¹³

Na prática cotidiana, as mulheres chefiam lares que apresentam maiores níveis de desigualdades econômicas e, conseqüentemente, alimentares. Isso implica em uma restrição significativa, que infere na qualidade nutricional. Também explica a maior presença das mulheres na construção das respostas e alternativas políticas para o problema da insegurança alimentar, tanto no Brasil, quanto no mundo.

Entre os elementos que perpassam esse contexto de desigualdade alimentar, reconhece-se que além dos aspectos de gênero, existem questões conectadas com baixo nível de escolaridade, baixo acesso à renda, raça e etnia (com particularidade para negros e negras). Quando há insegurança alimentar, há um menor consumo de produtos como carnes, verduras e legumes. Nos mesmos lares, reconhece-se uma dificuldade de acesso à itens e eletrodomésticos, principalmente geladeiras, com apontamento de menores rendas.¹⁴

Cabe salientar que o período do aumento de debates e institucionalização de novas influências, tanto para a questão das mulheres, quanto à alimentar, foi marcado pelo Programa Fome Zero. Pode ser caracterizado como uma medida significativa para a perspectiva da segurança alimentar para as mulheres,

¹¹ GOMES JR, Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 392-402, 2013. p. 398.

¹² SILIPRANDI, E. *op. cit.* 2013.

¹³ SILIPRANDI, E. *op. cit.*, 2013. GOMES JR, N.; ANDRADE, E. *op. cit.*; 2013.

¹⁴ MARIN-LEON, Leticia et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 14, p. 398-410, 2011

por atribuir a responsabilidade para elas. De acordo com Campos, et al, quando a mulher é definida como receptora principal do dinheiro, há uma tendência de aporte dos gastos com a alimentação e cuidado das crianças. Apesar da importância de não realizar uma universalização dessa tendência, há conexão com os processos estruturados da feminização do cuidado e do espaço doméstico.¹⁵

A experiência do Bolsa Família¹⁶ também replicou a dinâmica de priorização da responsabilidade das mulheres para receber o benefício. Há o apontamento de maior incidência para famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, apenas com a presença de filhos, dinâmica com maior presença nas classes mais empobrecidas da população brasileira. Nesse contexto, as tendências alimentares eram marcadas por um cardápio que apresentava níveis significativos de monotonia nutricional, com inserção de alimentos locais e comercializados de formas mais baratas.¹⁷

Entre as contradições do processo alimentar e a realidade das mulheres, existem alguns questionamentos da sobrecarga delas na dinâmica de responsabilização dos benefícios, ao considerar um reforço dessa relação em que as mulheres precisam pensar todas as etapas alimentares do núcleo familiar. Contudo, provoca-se um outro olhar a partir da possibilidade de variações em termos de autoridade e gestão do lar.

Internacionalmente, as discussões que relacionam gênero e segurança alimentar podem ser encontradas na Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, de 1995. Algumas orientações são elencadas a partir do documento, como a elaboração e execução de ações contra a pobreza que qualifiquem o acesso de mulheres pobres à alimentação, com políticas de emprego, acesso e distribuição de alimentos. Em termos da ciência, a plataforma indica a promoção das mulheres na construção de pesquisas e projetos de educação que versem sobre alimentação e agricultura. De forma geral, reafirma-se o desenvolvimento econômico e social das mulheres a partir dos direitos à alimentação, cuidados médicos e serviços sociais.¹⁸

Por meio da Declaração de Roma, há uma conexão das mulheres como sujeitos ativos para a constituição da segurança alimentar, sob o reconhecimento da “contribuição fundamental da mulher para a segurança alimentar, principalmente nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de promover a igualdade entre homens e mulheres”¹⁹. De modo significativo, a Declaração retoma, em vários pontos, a necessidade uma participação igualitária entre homens e mulheres, com desdobramentos para a questão econômica. A partir do primeiro compromisso, destaca-se o objetivo 1.3, baseado na garantia de igualdade entre o sexo, que implica em uma ação dos governos para:

Promover a participação plena e igualitária da mulher na economia, e, com este fim, introduzir e fazer respeitar uma legislação sensível ao problema da igualdade entre os sexos, que proporcione às mulheres um acesso seguro e igual, ao mesmo tempo que um controle sobre os recursos produtivos, incluindo o crédito, a terra e a água.²⁰

¹⁵ CAMPOS, J. M. S.; AKUTSU, R. de. C. C. A. *op. cit.*

¹⁶ Trata-se de um programa para combate da pobreza e desigualdades sociais do Brasil, estabelecido pela Lei Federal n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Uma das frentes de atuação é a complementação da renda. O programa foi revogado pela Lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil.

¹⁷ FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 26, p. 987-998, 2017.

¹⁸ PEQUIM. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher**. 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.

¹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. 13 nov. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/W3613P/W3613P00.htm>.

²⁰ Ibid.

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, considera-se o ODS n. 5, pautado no alcance da igualdade de gênero, assim como empoderamento de mulheres e meninas, onde há uma centralização política sob diversas formas de violência de gênero e pensa elementos como a divisão sexual do trabalho, a participação política, o acesso à terra para as mulheres, sob uma lógica de sustentabilidade.²¹

Ao resgatar o Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010, a categoria gênero é ressaltada entre os objetivos específicos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, voltada para um espectro de proteção do direito humano à alimentação adequada, sob consideração da equidade de gênero, entre outros fatores. A construção dessa equidade frente à PNSAN também considera a incorporação de estratégias direcionadas, pautadas na diversidade social. Além desses fatores, há previsão de um sistema de monitoramento que seja capaz de “identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero”.²²

Por conseguinte, considera-se que existem expressões jurídicas que reconhecem as dinâmicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional frente à existência das mulheres, principalmente em termos de condução do núcleo familiar. Há uma continuidade das disputas em torno do tema, entre as mediações propostas de forma institucional, mas também pela mobilização intermediada a partir da questão de gênero.

Considera-se a centralidade do papel das mulheres brasileiras no enfrentamento das inseguranças alimentares. Verifica-se uma recorrência e atualidade na relação analisada, conforme relatado pelo Manifesto produzido pela Conferência Nacional Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ao associar a falta de comida com as desigualdades de gênero, raça e classe, sob a indicação de que:

As mulheres, do campo e da cidade, historicamente responsáveis pela produção de comida de verdade e pela alimentação das famílias, são as mais atingidas pela redução drástica de renda, pelo desemprego, pela sobrecarga de trabalho e pelo aumento da violência doméstica. São as últimas a se alimentarem do pouco que tem pois protegem as crianças, seus pais e avós. As mulheres do campo, da floresta e das águas têm um papel importante nos cuidados com a alimentação e a agroecologia, mas não tem mais apoio do governo para aumentar e diversificar seus plantios.²³

A relação entre a questão alimentar para a vida das mulheres é multifacetada, no sentido de que pode personificar um aspecto de cuidado no interior de uma estrutura de dominação, expressa pelo trabalho não-remunerado e pelo direcionamento das vidas privadas. Entretanto, também é campo de emancipação e representação da participação política das próprias mulheres, que possuem experiências como a titularidade do Programa Bolsa Família.

Não se trata de um campo neutro, mas que presencia uma série de contradições significativas. A preparação de alimentos pode ser expressão do afeto, mas também um elemento significativo na manutenção da sobrecarga e das jornadas múltiplas para as mulheres. Trata-se de um movimento onde as mulheres reconhecem a reprodução de uma dinâmica social estrutural de opressão, mas que também intermedia caracteres de autoridade no espaço doméstico e reorganizações nos microcosmos familiares.

²¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU BRASIL). **Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS n. 5, Igualdade de gênero.** [s. d]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 22 mar. 2021.

²² BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

²³ CNPDA-SSAN. **Manifesto Enfrentar a Fome com a Força das Nossas Lutas.** 2021a. p. 5. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Manifestoversao3vf.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Nesse espectro, é possível verificar que as mulheres possuem uma dupla relação: são sujeitos de direito à alimentação adequada, com responsabilidade em termos maiores do que apenas se alimentar, mas também são sujeitos políticos que produzem ação concreta e reconhecem a própria condição diante dos níveis de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, existem particularidades da própria história das mulheres que inferem na forma como essa cidadania é constituída, tanto pelos direcionamentos do Estado Democrático de Direito, quanto pelas mobilizações sociais promovidas pelas mulheres. Existem avanços, mas é possível definir que a estruturação cidadã das mulheres ainda se localiza em “uma longa trajetória não completada pelas mulheres”.²⁴

Nessa trajetória em construção, a avaliação entre segurança alimentar e gênero frente à formação dos direitos humanos das mulheres encontra lugar no questionamento de esse grupo está localizado, nas expressões formais do Direito, mas também nas disputas sociais para transformação. Cabe ressaltar a contribuição de Katherine Bartlett, ao enunciar sobre métodos jurídico- feministas e indicar a perspectiva de perguntar pela mulher nos temas observados, para ser possível “identificar as implicações de gênero embutidas em normas e práticas que, não fosse por tal interpelação, poderiam se passar por neutras ou objetivas”²⁵.

Conforme Adriana Piscitelli²⁶, essa concretização discutida considera a autonomia do sujeito, intermediado por fatores subjetivos, mas que permite discussões contínuas sobre os direitos necessários para a existência, assim como a mobilidade do quadro do que compõe a cidadania. Essa avaliação possibilita a conexão argumentativa proposta por esta pesquisa: a estruturação da segurança alimentar a partir das diferenças de gênero pode ser elemento substantivo na construção da cidadania das mulheres.

Sob a consideração das experiências vivenciadas e do estabelecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como um balizador para manutenção das mulheres enquanto sujeitos de direitos, inseridas em relações multifacetadas, questiona-se a intermediação dessa constatação para o período pandêmico. Se existem intensificações promovidas pela Covid-19 para o que é vivenciado coletivamente e experimentado por diversos grupos, a partir de suas particularidades, surge a necessidade de compreender a relação entre mulheres, alimentação e pandemia.

2 IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS MULHERES: ANÁLISE DOCUMENTAL

Em continuidade, direciona-se para uma breve consideração sobre como a pandemia implicou na forma como se vive a alimentação. Afirma-se que as questões ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional tem um histórico de desenvolvimento e construção anterior ao período da pandemia. Entretanto, o contexto pandêmico funcionou como um catalisador para o não cumprimento do direito à alimentação, com aumento da insegurança alimentar.²⁷

²⁴ PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, C. B.; PINSKY, J. P. (orgs.). *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 304.

²⁵ BARTLETT, Katharine T. Feminist *Legal Methods*. *Harvard Law Review*, v. 103, n. 4, p. 829-888, fev. 1990. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1341478?seq=1>. Acesso em 11 mar. 2021.

²⁶ PISCITELLI, Adriana. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, n. 1, p. 73-90, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/2437>. Acesso em: 12 mar. 2021.

²⁷ BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4411-4424, 2021. Disponível em:

A associação entre crises políticas e econômicas tem se desenhado nos últimos anos com aumento da pobreza, o que implica na forma como os direitos sociais são estabelecidos, inclusive a alimentação. A pandemia intensificou a crise por uma perspectiva sanitária, com consequência imediata para os níveis de segurança alimentar e nutricional.

Desde os primeiros momentos da pandemia, ocorreram diversas discussões sobre a continuidade da vida e os prejuízos possíveis. Questões como alimentação, desigualdade econômica, vulnerabilidades sociais, desemprego, acesso à renda foram pautadas como centrais nas avaliações gerais sobre as áreas que poderiam ser mais afetadas com as reorganizações geradas. Nesse sentido:

Há um amplo reconhecimento que, com a chegada e o avanço da pandemia de COVID-19, as desigualdades e as vulnerabilidades sociais preexistentes têm se agravado, afetando especialmente, além dos grupos de risco com comorbidades, certos países, territórios e populações. Destacam-se os mais pobres, negros, indígenas, trabalhadores precarizados, e ainda os profissionais de saúde que se encontram na linha de frente do atendimento à população.²⁸

Segundo o trabalho desenvolvido por Ribeiro-Silva, et al²⁹, as repercussões da pandemia Covid-19 na Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil dividem-se em algumas categorias. Quando se discute a disponibilidade de alimentos, encontra-se prejuízos no que é ofertado pela agricultura familiar, paralisação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fechamento de fábricas de processamento de alimentos, assim como de comércios, feiras livres e restaurantes. Enquanto isso, o acesso aos alimentos tem sido afetado pela dificuldade de manutenção de renda aos trabalhadores informais e precarização da assistência social.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Silva Filho e Gomes Júnior, a agenda neoliberal tem reflexos na lógica do Estado como garantidor da alimentação, com medidas antipopulares, apartadas de qualquer ideia de reforma agrária e demonstrações da irrelevância das questões alimentares. Sob esse contexto, os autores afirmam que “a pandemia global gerada pelo SARS-CoV-2 trouxe à tona as desigualdades sociais, como a ameaça ao Direito Humano à Alimentação Adequada, temática suprimida da agenda do Governo Federal nos últimos anos”.³⁰

Considera-se que a desarticulação de instâncias como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar indica uma tendência de aceleração em uma insegurança nutricional já existente. O enfraquecimento nas comunicações e produções de diferentes níveis de poder impacta na forma como as decisões são tomadas,

<https://www.scielo.br/j/csc/a/p36TMkBMKZqnxkD7WXcfbxx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; PERIN, Gabriela; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1079-1096, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSzrSLZVbFMLbJNMR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2022; CNPDA-SSAN, *op. cit.*; 2021a; CNPDA-SSAN. **Nota pública**: O que está em jogo na Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares da ONU. 14 mai. 2021b. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/conferencia-popular-promove-encontro-autonomo-sobre-cupula-mundial-dos-sistemas-alimentares/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

²⁸ BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. *op. cit.* p. 4413.

²⁹ RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, Sept. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903421&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 fev. 2021.

³⁰ SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JUNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00095220, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500506&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 fev. 2021. p. 01.

o que implica nos enfrentamentos a serem estabelecidos para amenizar as consequências da pandemia COVID-19 em como se experimenta a alimentação.³¹

Destaca-se que existem consequências para alimentação se a mobilidade urbana, o uso dos espaços sociais, a ocupação das escolas e hospitais – entre outros fatores – são afetados. De forma geral, as implicações que podem ser compiladas a partir da pandemia são o aumento do consumo de ultraprocessados, alta dos preços dos alimentos, tendência à hábitos alimentares inadequados.

A partir da contextualização produzida, torna-se possível avaliar quais são as particularidades direcionadas para as mulheres e as implicações existente para a constituição da dignidade da pessoa humana, nas expressões de cidadania. Sob esse espectro, direciona-se para uma análise de dados secundários, em uma metodologia procedimental a partir da análise de documentos.

Aliar a pesquisa bibliográfica com estudos de documentos produz um resultado com maior veracidade e conexão entre debates teóricos e constituição de vida cotidiana das mulheres, com atenção para as organizações sociais e políticas que têm construído direcionamentos registrados em documentos citados na seção de materiais e métodos. Considera-se “que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios”³²

A segurança dos resultados da pesquisa pode ser estabelecida a partir de uma categorização das informações obtidas, com confrontos entre os resultados das análises e as reflexões teóricas. Nesse sentido, para explicitar a relação mulheres, pandemia e segurança alimentar e nutricional, com estabelecimento de territórios para continuidade de pesquisas futuras, o presente capítulo baseia-se na análise de uma série de documentos produzidos durante a ocorrência da pandemia, focalizados em entre 2020, 2021 e 2022. Destacam-se os seguintes documentos para análise

Tabela 01 – Seleção de documentos para análise

Documento	Realização	Conteúdo	Data
O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021 ³³	FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF.	Publicação contínua sobre a segurança alimentar e nutricional, com avaliação global. Apresenta a primeira organização de informações sobre pandemia e segurança alimentar.	2021
O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022 ³⁴	FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF.	Publicação contínua sobre a segurança alimentar e nutricional, com avaliação global. Apresenta a expansão de informações sobre os impactos da pandemia para a alimentação. Expande a análise a partir de gênero.	2022
Sistemas alimentarios y COVID-19 em América Latina y el Caribe N° 7: el rol de las medidas de protección social ³⁵	FAO, CEPAL	Apresenta análises sobre os primeiros meses de ocorrência da pandemia Covid-19, com um prognóstico do contexto de crises vivenciado.	Jun. 2020.

³¹ OLIVEIRA, Tatiana Coura; ABRANCHES, Monise Viana; LANA, Raquel Martins. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00055220, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.

³² GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 47.

³³ FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF. *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo*. Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 10 out. 2021.

³⁴ FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF. *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo*. Roma, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em: 10 out. 2021.

³⁵ FAO, CEPAL. *Sistemas alimentarios y COVID-19 en América Latina y el Caribe N° 7: el rol de las medidas de protección social*. Jun. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45720/1/ca9435_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

Documento	Realização	Conteúdo	Data
Informe especial n. 1: América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 ³⁶	CEPAL	Avaliações iniciais, com exercícios comparativos entre a pandemia e o período anterior a ela. Apresenta impactos e recomendações políticas.	3 abr. 2020
Informe especial n. 9: La seguridad económica de las mujeres em la recuperación sostenible y em igualdad. ³⁷	CEPAL	Pertencente a uma série de informas da CEPAL, apresenta uma análise centralizada na igualdade de gênero, associada a uma perspectiva econômica na região latino-americana e caribenha.	10 fev. 2021.
Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de Covid-19: em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação ³⁸	ONU MULHERES, CEPAL	Análise sobre a perspectiva do cuidado para a construção da sociedade, frente à distribuição desigual entre homens e mulheres. Perspectiva da recuperação econômica diante da pandemia Covid-19.	19 ago. 2020
Informe n. 1 “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19” ³⁹	ONU Mulheres.	Impactos da pandemia para as mulheres indígenas no Brasil, com a contextualização da relação 99entre pobreza e insegurança alimentar.	13. out. 2020
Informe n. 2 “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19” ⁴⁰	ONU Mulheres.	Impactos da pandemia para as mulheres negras no Brasil, com a contextualização da relação entre pobreza e insegurança alimentar.	15 out. 2020
Relatório “Os desafios enfrentados por mulheres que são mães e que empreendem em pequenos negócios” ⁴¹	ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho.	Documento atrelado ao ODS n. 5, com informações sobre o empreendedorismo e os impactos promovidas para as mulheres empreendedoras no Brasil.	Jul. 2021
Pesquisa das Nações Unidas sobre Juventudes da América Latina e do Caribe no Contexto da Pandemia de COVID-19. ⁴²	Grupo de trabalho sobre juventude da Plataforma de colaboração Regional para a América Latina e o Caribe	Apresenta as consequências e desafios gerados a partir da pandemia Covid-19 para este grupo, a partir das vivências caribenhas e latino-americanas.	Set. 2021
I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – I VIGISAN ⁴³	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Apresenta uma análise até dezembro de 2020, com o retrato da segurança alimentar no Brasil diante do impacto da pandemia. Trabalha com uma amostra probabilística e representativa da população brasileira.	Mar. 2021.

³⁶ CEPAL. **Informe especial n. 1: América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19.** 03 abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/e2681c63-422c-426d-a8a7-4c69081dc2ac>. Acesso em: 01 set. 2024.

³⁷ CEPAL. **Informe especial n. 9: La autonomía económica de las mujeres em la recuperación sostenible y em igualdad.** 10 fev. 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

³⁸ ONU MULHERES, CEPAL. **Cuidados en América Latina y el Caribe em tiempos de COVID-19: hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación.** 19 ago. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45916/190829_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

³⁹ ONU MULHERES. **Informe n. 1: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19.** 13 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe1.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴⁰ ONU MULHERES. **Informe n. 2: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19.** 15 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴¹ ONU MULHERES; OIT. **Relatório: Os desafios enfrentados por mulheres que são mães e que empreendem em pequenos negócios.** Julho 2021. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RELATO1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴² GRUPO DE TRABALHO SOBRE JUVENTUDE DA PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Pesquisa das Nações Unidas sobre Juventudes da América Latina e do Caribe no Contexto da Pandemia de COVID-19 (LC / TS.2021/68),** Santiago, Nações Unidas, 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pesquisa_juventudes_contexto_covid-19_web_0.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴³ REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid.** Mar. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

Documento	Realização	Conteúdo	Data
II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN⁴⁴	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Trata-se de uma continuidade da primeira publicação, com expansão das análises em torno da fome no Brasil e nova coleta de dados primários, sob a mesma estruturação metodológica do primeiro volume.	2022
Observatório do Direito à alimentação e à nutrição “Esse menu não é nosso: falsas soluções para a fome e a subnutrição”. Edição 13.⁴⁵	Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição	Trata-se de uma publicação contínua. A edição apresenta uma perspectiva crítica de soluções idealizadas para combater a fome sem resoluções significativas.	2021
Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil⁴⁶	Fundação Oswaldo Cruz	Apresenta resultados parciais de pesquisa multifacetada sobre os impactos da pandemia para as mulheres. Trata-se de um relatório específico sobre a experiência de segurança alimentar.	Fev. 2022
CADERNOS OBHA: Segurança alimentar em tempos de COVID-19. Edição n. 1⁴⁷	Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura	Apresenta tema “Segurança Alimentar e Nutricional: antes, durante e pós pandemia COVID-19”, com uma análise focalizada no direito à alimentação e as consequências promovidas no contexto pandêmico.	Jul. 2020
CADERNOS OBHA: O que comemorar no Dia Mundial da Alimentação de 2020?. Edição n. 2⁴⁸	Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura	Apresenta uma série de artigos e textos que contribuem para as análises sobre o local da alimentação para o povo brasileiro e latino-americano, com o pensamento sobre os impactos da pandemia e soluções possíveis.	Out. 2020
CADERNOS OBHA: Interseccionalidades em alimentação e nutrição: desafios e conexões entre classe, gênero e comida. Edição n. 3.⁴⁹	Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares, Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura	Propõe a conexão da questão alimentar com recortes específicos de análise, baseado nos desafios e conexões entre classe, raça e gênero frente à comida.	Set. 2021

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os documentos foram selecionados a partir do conteúdo apresentado, com inserção das categorias mulheres ou gênero para discorrer sobre o tema. São considerados materiais que apresentam dados analisados, assim como informações qualitativas. São produzidos por entidades e grupos que versam sobre a questão da segurança alimentar por diferentes perspectivas. A partir de cada material avaliado, foi verificado o responsável pela produção, data de publicação, assim como objetivos centrais apresentados

⁴⁴ REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

⁴⁵ REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO. **Observatório do Direito à alimentação e à nutrição “Esse menu não é nosso: falsas soluções para a fome e a subnutrição”**. Edição 13. 2021. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rftn_watch13-2021_por_web.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴⁶ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil. 2021**. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wp-content/uploads/2021/10/Gender-and-Covid-19-Food-Security-Brazil.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

⁴⁷ OBHA. **Segurança alimentar em tempos de COVID-19. Cadernos OBHA**. Brasília, v. 1, n. 1, jul. 2020. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴⁸ OBHA. **O que comemorar no Dia Mundial da Alimentação de 2020?. Cadernos OBHA**. Brasília, v. 1, n. 2, out. 2020b. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br>. Acesso em: 10 out. 2021.

⁴⁹ O BHA. **Interseccionalidades em alimentação e nutrição: desafios e conexões entre classe, gênero e comida. Cadernos OBHA**. 3. ed. Set. 2021. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.

para o conteúdo do documento. Conjuntamente, destacou-se o objetivo central do documento e os tópicos respectivos que tangenciam o impacto da pandemia para a cidadania das mulheres.

Ao realizar a análise documental, considerou-se a centralidade da pesquisa em avaliar os impactos da pandemia Covid-19 para os níveis de segurança alimentar e nutricional das mulheres brasileiras. Nesse sentido, os documentos selecionados foram estudados e tiveram o conteúdo analisado a partir do seguinte percurso metodológico: 1) O documento apresenta impactos da pandemia Covid-19? Se sim, quais são os impactos destacados?; 2) O documento apresenta alguma informação relacionada sobre segurança alimentar e nutricional? Se sim, quais são os aprofundamentos? Se não apresenta, há alguma relação indireta?; 3) O documento apresenta alguma informação intermediada entre a questão de gênero e pandemia? Se sim, quais os aspectos apresentados? Se não apresenta, há alguma relação indireta?; 4) O documento apresenta articulação entre os temas pandemia, mulheres e alimentação? Se sim, quais?; 5) O documento apresenta direcionamentos e recomendações? Se há, existem aqueles que consideram a articulação entre pandemia, mulheres e alimentação? Se sim, quais?

Os questionamentos levantados permitem uma uniformidade metodológica na análise documental, com a centralidade baseada na construção teórica apresentada nos capítulos anteriores. Após explicitação analítica do conteúdo, apresenta-se uma organização dos dados analisados, com a utilização de um quadro-síntese. Essa constituição metodológica permite a apresentação dos pontos tangenciais entre os documentos, quais impactos foram mais ressaltados e variações encontradas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por conseguinte, foi produzido a análise de dezessete documentos que possuíam conteúdo relevante para compreensão da intersecção entre mulheres, alimento e pandemia. O acesso aos documentos foi realizado a partir de busca virtual com o uso das categorias “mulheres”, “alimento”, “pandemia” e variações como “Covid-19” e “Coronavírus”, setorizado em um lapso temporal demarcado entre março de 2020 e junho de 2022, frente à relevância dos materiais selecionados. De forma geral, cada material apontava conteúdos significativos para análise da relação mulheres, alimento e pandemia.

Entre os documentos selecionados, dez materiais foram produzidos por uma via com características institucionais, a partir de organizações como a FAO, ONU e CEPAL. Tais materiais remontam a uma internacionalidade do tema analisado. Por meio deste grupo, denota-se um conteúdo que ressalta os aspectos econômicos inferidos pela crise sanitária, com maior número de recomendações para os governos. Há uma forte associação dos aspectos de renda e trabalho para as mulheres frente à segurança alimentar e nutricional.

Para este grupo, destaca-se a publicação “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”, que possui continuidade editorial e possui novas edições anualmente. A manutenção da publicação corrobora com uma análise mais precisa, o que possibilita entender a extensão das políticas e direcionamentos para as políticas de segurança alimentar em todo o mundo. Denota-se uma série de projeções que podem ser comparadas e avaliar as dimensões de impacto da pandemia, principalmente a partir das edições analisadas, publicadas em 2021 e 2022.

Os sete documentos restantes foram produzidos por organizações de pesquisa e movimentos sociais, posição que infere na forma como o discurso é construído em torno do tema. É possível verificar

maior preocupação com as perspectivas populares nas produções feitas de modo mais apartado das dinâmicas institucionais. O conteúdo é construído de modo mais crítico e prevê a estruturação de respostas multifacetadas, que considerem o sujeito impactado pela pandemia em termos alimentares.

Entre esse grupo, deve ser ressaltado o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, produzido em dois volumes pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Destaca-se pela coleta de dados primários e por produzir uma metodologia capaz de caracterizar a amostra como probabilística e representativa das famílias brasileiras. Ao recordar as dificuldades de estruturação das políticas de segurança alimentar no Brasil pós-2018, a condução autônoma de dados contribuiu com a análise precisa do quadro enfrentando em termos de fome e desnutrição.

Para a realização da análise documental, foram propostos cinco questionamentos para balizar a verificação de conteúdo e a tratativa sobre os temas estudados. Compreende-se que a adoção de questionamentos firmados contribui para uma análise fortalecida a partir dos mesmos elementos. Ao considerar o objetivo de avaliar a experiência alimentar das mulheres durante o período da pandemia, o escopo formado busca respostas sobre os impactos, o tratamento do tema segurança alimentar e nutricional, a apresentação do recorte de gênero, a intermediação entre as três frentes e possíveis direcionamentos e recomendações.

Para a primeira pergunta, colocou-se “O documento apresenta impactos da pandemia Covid-19? Se sim, quais são os impactos destacados?”, onde foi possível verificar uma uniformidade no reconhecimento de impactos a partir da pandemia, com destaque da inferência das crises sanitária, econômica e política. Um dos aspectos majorados foi a dimensão econômica, ressaltando as relações de trabalho, as dificuldades de acesso à renda, assim como a dificuldade de produzir respostas políticas e institucionais para o quadro enfrentado.

É possível reconhecer que a discussão sobre os impactos da pandemia tem frentes diversificadas, com implicações gerais para todo o mundo. Porém, existem variações na experiência desses impactos, que podem depender da região habitada, território, questões como raça, classe, gênero. Entretanto, o aprofundamento dos impactos a partir de recortes interseccionais tende a acontecer em documentos que são produzidos de forma específica, que já consideram tais dimensões no objetivo de análise.

A segunda pergunta indicava “O documento apresenta alguma informação relacionada sobre segurança alimentar e nutricional? Se sim, quais são os aprofundamentos? Se não apresenta, há alguma relação indireta?”. Entre os documentos analisados, apenas dois materiais não tratavam da segurança alimentar de forma direta, mas traziam pontuações breves. Se o documento possuía um caráter mais específico, apresentava maiores aprofundamentos, vide os documentos destacados acima (Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo e Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid-19 no Brasil).

Entre os elementos relacionados com a Segurança Alimentar e Nutricional, há destaque para o impacto do trabalho e da renda no acesso à alimentos e uma perspectiva econômica mais significativa, com análise do aumento de preços de produtos alimentícios, cadeia de distribuição, dificuldades de produção. Apesar de não ter sido centralizado entre as perguntas de análise, foi possível verificar uma desconexão entre a ideia de segurança alimentar e nutricional e a possibilidade de soberania alimentar.

A perspectiva dos alimentos para emancipação substantiva dos sujeitos e produção de justiça social não é exposta declaradamente. Apesar do reconhecimento dos níveis de fome e desnutrição, os documentos provindos de entidades associadas ao contexto internacional e governamental não demonstram grandes verificações da estrutura que produz o próprio contexto de insegurança alimentar. Em contrariedade,

documentos provindos de organizações autônomas mostraram maior extensão na verificação da continuidade dos problemas ligados com a SAN.

Em continuidade, foi observado se “O documento apresenta alguma informação intermediada entre a questão de gênero e pandemia? Se sim, quais os aspectos apresentados? Se não apresenta, há alguma relação indireta?”. Apenas uma publicação não indicou uma abordagem das particularidades de gênero para o contexto pandêmico, enquanto as demais variaram entre: abordagens colaterais às perspectivas principais, sem destaque; consideração da categoria gênero para estruturação das análises levantadas; e centralização do recorte de gênero para verificar os impactos da pandemia.

Entretanto, é necessário observar que não existem aprofundamentos teóricos ou demarcações de qual perspectiva política se observa a questão das mulheres frente à pandemia. Há uma confluência na perspectiva de que a desigualdade de gênero ocorre em nível internacional e nacional e que a pandemia intensificou a relação de desigualdade. Enquanto documentos marcados por um nível maior de institucionalidade apresentaram uma posição menos estrutural sobre a diferença de gênero, documentos produzidos com maior autonomia indicaram – inclusive – o esvaziamento dos debates da desigualdade de gênero.

De forma consequente, foi questionado se “O documento apresenta articulação entre os temas pandemia, mulheres e alimentação? Se sim, quais?”. Essa pergunta pode ser demarcada pelo seu significado em relação ao sentido desta pesquisa. Acumula as observações promovidas pelas questões anteriores para compreender a inserção da ideia da alimentação como elemento fundamental para a constituição da cidadania das mulheres.

Neste escopo de análise, foi observada uma informação de que a alimentação é inferida de forma diferente para as mulheres em relação aos homens e que a pandemia produziu uma piora para essa diferença em termos de segurança alimentar e nutricional. Todavia, o reconhecimento da fragilização alimentar a partir do gênero não apresenta aprofundamentos de modo generalizado. Além desse aspecto, alguns documentos não indicaram uma conexão adequada sobre mulheres, alimento e pandemia, mesmo quando apresentavam avaliações sobre as três categorias de modo separado.

Considera-se que apenas o documento “Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil” aprofundou a intersecção entre as frentes de análise. Isso pode ser atribuído ao fato do material ser um resultado parcial de uma pesquisa em andamento que apresenta amplitude de análise para os impactos da pandemia para as mulheres brasileiras. Isso demonstra um alcance do tópico da segurança alimentar a partir dos estudos de gênero. Para os documentos construídos a partir da centralidade da questão alimentar, foi percebido uma dificuldade maior para apresentar uma ponte entre a alimentação e a vida das mulheres.

Essa verificação pode ser um sintoma teórico e prático das inferências da alimentação para a vida das mulheres. Tanto a questão de gênero quanto a segurança alimentar e nutricional são temas verificados por meio científicos e alvos de análise. Contudo, existe um ponto que intermedia esses dois aspectos que deve ser lapidado, tanto em face de pesquisas acadêmicas, quanto nas coletas de dados.

Por conseguinte, a perspectiva de análise foi encerrada a partir da seguinte pergunta: “O documento apresenta direcionamentos e recomendações? Se há, existem aqueles que consideram a articulação entre pandemia, mulheres e alimentação? Se sim, quais?”. A observação desta pergunta possibilitou uma conexão com o quadro teórico suscitado. Existem documentos essencialmente analíticos, mas aqueles que foram produzidos por organizações internacionais apresentam maior número de recomendação e diretrizes aos Estados Nacionais.

Entre as recomendações destacadas, são inferidas experiências e políticas ligadas com transferência de renda, qualificação das relações de trabalho, novas distribuições das atividades domésticas e conectadas com a manutenção do espaço familiar. Mesmo quando não indicaram a conexão direta com o aspecto de gênero, é possível conceber que há relação entre os temas apontados e a experiência das mulheres. A partir dos resultados e discussões promovidos por meio da análise documental, apresenta-se um quadro síntese, que indica as compreensões organizadas entre as perguntas estabelecidas e materiais avaliados:

Tabela 02 – Síntese da análise documental

Documento	Apresenta impactos da pandemia Covid-19?	Apresenta informações sobre segurança alimentar e nutricional?	Apresenta informações sobre a questão de gênero e das mulheres?	Apresenta articulação entre os temas pandemia, mulheres e alimentação?	O documento apresenta direcionamentos? E específicos para gênero e alimentação?
O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021	Sim, é o primeiro documento a realizar análise global dos impactos da pandemia.	Sim, é uma publicação contínua e específica sobre o tema.	A categoria gênero foi considerada nas análises levantadas.	Indicou crescimento dos níveis de insegurança alimentar para as mulheres.	Sim, indica direcionamentos gerais e medidas específicas para redução das desigualdades de gênero a partir da alimentação.
O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2022	Sim, amplia a relatoria promovida pela edição anterior.	Sim, é uma publicação contínua e específica sobre o tema	A categoria gênero foi considerada nas análises levantadas.	Amplia a análise do quadro de desigualdade de gênero para a alimentação	Sim, indica medidas gerais. Não apresenta medidas específicas de gênero e alimentação.
Sistemas alimentarios y COVID-19 em América Latina y el Caribe N° 7: el rol de las medidas de protección social	Sim, ressalta os impactos para a questão econômica.	Sim, apresentou aspectos dos sistemas alimentares na América Latina.	A categoria gênero foi considerada de forma acoplada, sem destaque.	Apresenta de forma superficial e indireta.	Sim, destaca a transferência de renda como medida. Não apresenta medidas específicas de gênero e alimentação.
Informe especial n. 1: América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19	Sim, avalia os efeitos econômicos e sociais.	De forma superficial, associada com a vida das mulheres.	A categoria gênero foi considerada de forma acoplada, sem destaque.	Apresenta aspectos ligados aos programas de alimentação e participação das mulheres no mercado de trabalho.	Apresenta recomendações políticas e econômicas, mas não existem medidas específicas para gênero ou segurança alimentar.
Informe especial n. 9: La seguridad económica de las mujeres en la recuperación sostenible y em igualdad.	Sim, apresenta os efeitos econômicos e sociais.	Não há citação da segurança alimentar e nutricional, ou termos relativos.	A categoria gênero foi a perspectiva central de análise.	Não, apresenta contribuições sobre o acesso à renda para as mulheres.	Sim, propõe construção de políticas fiscais para a igualdade de gênero pós-pandemia.

Documento	Apresenta impactos da pandemia Covid-19?	Apresenta informações sobre segurança alimentar e nutricional?	Apresenta informações sobre a questão de gênero e das mulheres?	Apresenta articulação entre os temas pandemia, mulheres e alimentação?	O documento apresenta direcionamentos? E específicos para gênero e alimentação?
Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de Covid-19: em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação	Sim, analisa os impactos da pandemia para a desigualdade de gênero nos serviços de cuidado.	Não há citação direta da segurança alimentar e nutricional. Há citação de programas de alimentação.	A categoria gênero teve destaque no documento, a partir das discussões de cuidado.	Há avaliação indireta da alimentação, como elemento que compõe a sobrecarga das mulheres.	Sim, apresenta um quadro de recomendações de acesso à direitos, desenvolvimento econômico e sustentável, igualdade de gênero.
Informe n. 1 “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19”	Sim, analisa os impactos da pandemia para as mulheres e meninas indígenas.	Sim, é trabalhada a partir do acesso à água potável e o direito à terra.	A categoria gênero foi a perspectiva central de análise, com associação a perspectiva de raça e etnia.	Sim, indica a segurança alimentar como pauta contínua das mulheres indígenas, intensificada pela pandemia.	Não, é um documento analítico, sem recomendações diretas.
Informe n. 2 “Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19”	Sim, analisa os impactos da pandemia para mulheres e meninas negras.	Não apresentou aprofundamentos sobre a segurança alimentar e nutricional.	A categoria gênero foi a perspectiva central de análise, com associação a perspectiva de raça e etnia.	Sim, indicou a alimentação como uma categoria afetada para as mulheres negras dada a pandemia.	Não, é um documento analítico, sem recomendações diretas.
Relatório “Os desafios enfrentados por mulheres que são mães e que empreendem em pequenos negócios”	Sim, apresenta impactos da pandemia voltado para a relação mulheres e trabalho.	A questão da segurança alimentar não foi apresentada no documento ou colocada na coleta de dados.	A categoria gênero foi a perspectiva central de análise.	Não, associou as categorias mulher, maternidade e empreendedorismo em face da realidade brasileira atravessada pela pandemia	Não, é um documento analítico, sem recomendações diretas.
Pesquisa das Nações Unidas sobre Juventudes da América Latina e do Caribe no Contexto da Pandemia de COVID-19.	Sim, apresenta impactos da pandemia para a juventude caribenha e latino-americana.	Sim, há apresentação da escassez de alimentos e condições de acesso.	A categoria gênero foi considerada nas análises levantadas.	Apresentou o acesso à alimentos e a questão de gênero, mas não produziu nenhuma articulação sobre as três frentes.	Não, o relatório apresentou informações gerais, sem indicar direcionamentos possíveis.
I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid – I VIGISAN	Sim, apresenta impactos da pandemia para alimentação das famílias brasileiras.	Sim, a segurança alimentar e nutricional é um tema central.	A categoria gênero foi considerada de forma acoplada, sem destaque.	Não apresentou aprofundamentos, mas reconheceu a relação entre mulheres, alimento e pandemia.	Não expressa recomendações, mas é caracterizado como uma iniciativa para elucidar o problema analisado.

Documento	Apresenta impactos da pandemia Covid-19?	Apresenta informações sobre segurança alimentar e nutricional?	Apresenta informações sobre a questão de gênero e das mulheres?	Apresenta articulação entre os temas pandemia, mulheres e alimentação?	O documento apresenta direcionamentos? E específicos para gênero e alimentação?
II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid – II VIGISAN	Sim, apresenta a ampliação dos impactos da pandemia para a alimentação.	Sim, a segurança alimentar e nutricional é um tema central.	A categoria gênero foi considerada nas análises levantadas	Não apresentou aprofundamentos, mas reconheceu a relação entre mulheres, alimento e pandemia.	Não expressa recomendações, mas é caracterizado como uma iniciativa para elucidar o problema analisado.
Observatório do Direito à alimentação e à nutrição “Esse menu não é nosso: falsas soluções para a fome e a subnutrição”. Edição 13.	Parcialmente, a análise observa ocorrência da pandemia na trajetória de estruturação do direito à alimentação em campo internacional.	Sim, é uma publicação contínua e específica sobre o tema	O aspecto das mulheres é citado como mais um elemento que compõe a disputa e as contradições em torno das políticas voltadas para alimentação.	A intermediação com a questão das mulheres e da pandemia é citada, mas não há aprofundamento da análise.	As recomendações são apresentadas de forma indireta, com destaque para ações produzidas a partir da realidade de cada comunidade.
Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil	Sim, é parte de uma pesquisa ampla sobre os impactos da pandemia a partir do recorte de gênero.	Sim, a segurança alimentar e nutricional é um tema central.	A categoria gênero foi a perspectiva central de análise.	Sim, a avaliação indicou articulação entre mulheres, pandemia e alimentos.	Não há a apresentação de direcionamentos para o tema, mas análises e articulações sobre o tema.
CADERNOS OBHA: Segurança alimentar em tempos de COVID-19. Edição n. 1	Sim, indica impactos promovidos pela pandemia.	Sim, é uma publicação que objetiva produzir conteúdo sobre alimentação e nutrição na sociedade brasileira.	Não apresenta uma abordagem que considere as particularidades de gênero neste texto especificamente.	Não apresenta avaliação sobre a articulação, apenas aspectos colaterais da alimentação e pandemia.	Apresenta indicações de medidas de monitoramento de preços, distribuição alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.
CADERNOS OBHA: O que comemorar no Dia Mundial da Alimentação de 2020?. Edição n. 2	Parcialmente, mantém a continuidade de análise sobre os impactos.	Sim, é uma publicação que objetiva produzir conteúdo sobre alimentação e nutrição na sociedade brasileira.	Reafirma aspectos sobre gênero ligados ao trabalho e renda.	Sim, indica maior fragilização nos processos alimentares de famílias chefiadas por mulheres.	Não, a publicação apresentou informações gerais, sem indicar direcionamentos possíveis.
CADERNOS OBHA: Interseccionalidades em alimentação e nutrição: desafios e conexões entre classe, gênero e comida. Edição n. 3.	Parcialmente, mantém a continuidade de análise sobre os impactos.	Sim, é uma publicação que objetiva produzir conteúdo sobre alimentação e nutrição na sociedade brasileira.	A categoria gênero foi considerada nos textos produzidos.	Apesar de levantar aspectos interseccionais, não dirime a relação entre mulheres, alimentos e pandemia.	Não, a publicação contribui com a popularização do tema, sem novas perspectivas ou direcionamentos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4 CONCLUSÕES

Nas análises promovidas, considerou-se que a obtenção de renda pelas mulheres é marcada pelas organizações sociais da vida, que podem produzir níveis maiores de autonomia, ainda que não seja uma garantia exata. A discussão sobre os modos de acesso à renda perpassam pela divisão sexual do trabalho, o nível de gestão inferida pelas mulheres, assim como as expressões de responsabilidade doméstica, que produzem reflexões diretas na relação com o alimento.

Nesse sentido, mulheres apresentam uma relação ampliada com a alimentação. Não estão preocupadas apenas com o próprio provimento nutricional, mas são responsabilizadas nas etapas de aquisição, distribuição e preparo dos alimentos para uma família. Esse aspecto é resultado do sistema estruturado que determina a posição das mulheres, frente aos pontos já elucidados. O reconhecimento dessa perspectiva permite uma qualificação na produção das políticas públicas, justamente pela compreensão das diferenças marcadas a partir de gênero.

Contudo, afirma-se que as mulheres não são sujeitos passivos sobre o estabelecimento da segurança alimentar e nutricional. A partir da alimentação, reafirmam e negam a posição de cuidado, por reconhecer a sobrecarga de trabalho e a responsabilidade que possuem na garantia alimentar do núcleo familiar, mas também pelas ações políticas mobilizadas nas próprias comunidades. Essa dupla face da relação analisada pode ser lida como uma expressão do processo de constituição da cidadania das mulheres, sob inferência dos princípios da dignidade da pessoa humana.

A partir dessa avaliação, considerou-se a análise documental de 17 documentos produzidos por diversas organizações, publicados entre 2020 e 2022, para compreender o conteúdo produzido sobre a relação entre mulheres e alimentos durante a pandemia Covid-19. No período anterior, já existia diferenciações significativas nessa relação, as quais foram catalisadas a partir do contexto provocado pelo coronavírus. Sob a verificação dos materiais selecionados, há uma conformidade sobre os níveis de impacto da pandemia sobre diferentes áreas, inclusive para a segurança alimentar e nutricional.

Todavia, na conferência da relação das mulheres ou da categoria gênero para os impactos percebidos, foi denotado uma fragilidade na associação. Existe um reconhecimento dos impactos específicos para as mulheres em termos de segurança alimentar e nutricional durante a pandemia, mas não é possível encontrar um aprofundamento substantivo. Essa informação abre possibilidade para assumir a necessidade de articulação de espaços teóricos, práticos, políticos e jurídicos que qualifiquem os conhecimentos sobre a relação mulheres, alimento e pandemia, para que seja possível produzir respostas qualificadas entre poder público e movimentos sociais organizados para lidar com as consequências intensificadas pela Covid-19.

REFERÊNCIAS

BARTLETT, Katharine T. *Feminist Legal Methods*. *Harvard Law Review*, v. 103, n. 4, p. 829-888, fev. 1990. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/1341478?seq=1>. Acesso em 11 mar. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN [...]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4411-4424, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/p36TMkBKMZqnkxD7WXcfx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022;

CAMPOS, Jussara Maysa Silva; AKUTSU, Rita de Cássia Coelho de Almeida. Segurança alimentar e nutricional, gênero e educação: uma abordagem integrativa. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 11, n. Supl., p. 1277-1295, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/viewFile/22517/19454>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAMPOS, Jussara Maysa; AKUTSU, Rita de Cássia Coelho de Almeida; SILVA, Izabel Cristina Rodrigues; OLIVEIRA, Karin Savio; MONTEIRO, Renata. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 4, pp. 1529-1538. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4qtnbwDsbs3YdYXWdw6szWs/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CEPAL. **Informe especial n. 1:** América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19. 03 abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/e2681c63-422c-426d-a8a7-4c69081dc2ac>. Acesso em: 01 set. 2024.

CEPAL. **Informe especial n. 9:** La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad. 10 fev. 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

CNPDA-SSAN. **Manifesto Enfrentar a Fome com a Força das Nossas Lutas.** 2021a. p. 5. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Manifestoversao3vf.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CNPDA-SSAN. **Nota pública:** O que está em jogo na Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares da ONU. 14 mai. 2021b. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/conferencia-popular-promove-encontro-autonomo-sobre-cupula-mundial-dos-sistemas-alimentares/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

FAO, CEPAL. **Sistemas alimentarios y COVID-19 en América Latina y el Caribe N° 7:** el rol de las medidas de protección social. Jun. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45720/1/ca9435_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF. **O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo.** Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 10 out. 2021.

FAO, FIDA, WFP, WHO, UNICEF. **O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo.** Roma, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 26, p. 987-998, 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Insegurança alimentar de mulheres e suas famílias no contexto da pandemia no Brasil.** 2021. Disponível em: <http://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wp-content/uploads/2021/10/Gender-and-Covid-19-Food-Security-Brazil.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 47.
- GOMES JR, Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 392-402, 2013.
- GRACIA-ARNAIZ, Mabel. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar? In: CANESQUI, Ana María; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 147-164.
- GRACIA-ARNAIZ. **Comemo lo que somos: reflexiones sobre cuerpo, género y salud**. 1. ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.
- GRUPO DE TRABALHO SOBRE JUVENTUDE DA PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Pesquisa das Nações Unidas sobre Juventudes da América Latina e do Caribe no Contexto da Pandemia de COVID-19 (LC / TS.2021/68)**, Santiago, Nações Unidas, 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pesquisa_juventudes_contexto_covid-19_web_0.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- MARIN-LEON, Leticia et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 398-410, 2011
- OBHA. Interseccionalidades em alimentação e nutrição: desafios e conexões entre classe, gênero e comida. **Cadernos OBHA**. 3. ed. Set. 2021. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- OBHA. O que comemorar no Dia Mundial da Alimentação de 2020?. **Cadernos OBHA**. Brasília, v. 1, n. 2, out. 2020b. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br>. Acesso em: 10 out. 2021.
- OBHA. Segurança alimentar em tempos de COVID-19. **Cadernos OBHA**. Brasília, v. 1, n. 1, jul. 2020. Disponível em: <http://cadernosobha.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- OLIVEIRA, Tatiana Coura; ABRANCHES, Monise Viana; LANA, Raquel Martins. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, e00055220, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000400501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2021.
- ONU MULHERES, CEPAL. **Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19: hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación**. 19 ago. 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45916/190829_es.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- ONU MULHERES. **Informe n. 1: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19**. 13 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe1.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- ONU MULHERES. **Informe n. 2: Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de Covid-19**. 15 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.
- ONU MULHERES; OIT. **Relatório: Os desafios enfrentados por mulheres que são mães e que empreendem em pequenos negócios**. Julho 2021. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RELATO1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU BRASIL). **Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS n. 5, Igualdade de gênero.** [s. d]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 22 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação.** 13 nov. 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/W3613P/W3613P00.htm>.

PEQUIM. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher.** 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. Mulheres: igualdade e especificidade. *In*: PINSKY, C. B.; PINSKY, J. P. (orgs.). **História da Cidadania.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 304.

PISCITELLI, Adriana. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. **Revista Mundaú,** n. 1, p. 73-90, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/2437>. Acesso em: 12 mar. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar em Contexto de Covid.** Mar. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO. **Observatório do Direito à alimentação e à nutrição** “Esse menu não é nosso: falsas soluções para a fome e a subnutrição”. Edição 13. 2021. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtfn_watch13-2021_por_web.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, Sept. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903421&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 fev. 2021.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; PERIN, Gabriela; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; PELLA, Antônio Fernando Costa. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública,** v. 54, p. 1079-1096, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSzr8LZVbFMLbJNMR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2022

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. *In*: Rocha C, Burlandy L, Magalhães R, organizadores. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2013. p. 187-198.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Pensamiento iberoamericano, n. 9, p. 169-183, 2011.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JUNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00095220, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500506&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 fev. 2021. p. 01.

VALDETE, Boni. Movimento de mulheres camponesas, campesinato e soberania alimentar. **Agroalimentaria**, v. 20, n. 38, p. 71-86, 2014